

MUNICÍPIO DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

PUBLICADO NO DOM/ES

EM 24/11/17

[Handwritten signature]

DECRETO Nº 1921, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

Estabelece normas relativas de prestação de contas anual do exercício financeiro de 2017 dos Ordenadores de Despesas e do Prefeito Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DA SERRA, Estado do Espírito Santo, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo disposto no inciso V do artigo 72 da Lei Orgânica do Município, e o que consta no processo nº 55.322/2016,

CONSIDERANDO normativo do Tribunal de Contas TC Nº 28/2013, TC Nº 34/2015 e TC Nº 40/2016 e suas alterações, que compete ao Departamento de Contabilidade da Secretaria Municipal da Fazenda realizar em tempo hábil todos os registros e elaborar as peças contábeis da prestação de contas anual, a ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES,

D E C R E T A :

Art. 1º Os órgãos da Administração Direta do Poder Executivo Municipal e os da Indireta, nestes compreendidos a Autarquia Instituto de Previdência da Serra - IPS e os Fundos Municipais, regerão suas atividades para execução de prestação de contas anual do exercício financeiro de 2017, em conformidade com as normas contidas neste Decreto.

Art. 2º A partir da publicação deste Decreto e até a entrega da prestação de contas do Prefeito e dos Ordenadores de Despesas, serão consideradas urgentes e prioritárias todas as atividades vinculadas à Contabilidade, ao Controle Interno, à apuração orçamentária e financeira e aos inventários dos órgãos e entidades a que se refere o artigo 1º.

Art. 3º O descumprimento dos prazos fixados neste Decreto implicará a responsabilidade do servidor encarregado pela informação no âmbito de sua área de competência.

Art. 4º Caberá aos Ordenadores de Despesas a elaboração do Relatório de Gestão (RELGES) de sua Unidade Gestora e a Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico pela elaboração do Relatório de Gestão (RELGES) da prestação de contas do Município, conforme Instrução Normativa 34/2015 do TCEES e suas alterações.

§ 1º Os Relatórios de Gestão das Unidades Gestoras deverão ser encaminhados à Controladoria Geral do Município e à Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico, até o dia 10 de janeiro de 2018.

§ 2º A Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico deverá encaminhar até o dia 20 de fevereiro de 2018 o Relatório de Gestão das Contas de Governo à Controladoria Geral do Município.



MUNICÍPIO DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

Art. 5º A Secretaria Municipal de Educação deverá encaminhar para a Controladoria Geral do Município, até o dia 20 de fevereiro de 2018, o Parecer do Conselho de Fiscalização sobre a prestação de contas dos recursos do FUNDEB (artigo 27 da Lei Federal nº 11.494/2006).

Art. 6º A Secretaria Municipal de Saúde deverá encaminhar para a Controladoria Geral do Município, até o dia 20 de fevereiro de 2018, o Parecer do Conselho de Fiscalização sobre a prestação de contas dos recursos aplicados em ações e serviços públicos de saúde (artigo 34 a 37 da Lei Complementar Federal nº 141/2012).

Art. 7º A Secretaria Municipal de Saúde deverá encaminhar para a Controladoria Geral do Município, até o dia 20 de fevereiro de 2018, o cálculo do percentual de recursos próprios aplicados em saúde, conforme a Lei Complementar nº 141/2012, gerado pelo Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde – SIOPS.

Art. 8º A Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico deverá encaminhar para a Controladoria Geral do Município, até o dia 20 de fevereiro de 2018, o Demonstrativo Consolidado dos Créditos Adicionais (DEMCAD), contendo informações sobre os créditos abertos no exercício de 2018: lei autorizativa, instrumentos de abertura, natureza, valor e fonte de recursos utilizada, dentre outras informações.

Art. 9º A Procuradoria Geral do Município deverá encaminhar ao Departamento de Contabilidade – Sefa, até o dia 10 de janeiro de 2018, o posicionamento para perdas registradas em contas de ajustes da Dívida Ativa e a relação consolidada dos precatórios judiciais pagos, baixados e inscritos no exercício de 2017, acompanhado da relação de inscrições por ordem cronológica com os valores atualizados até 31 de dezembro de 2017, conforme normativo do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, que regulamenta o assunto.

Art. 10 Os secretários ordenadores de despesas das Unidades Gestoras: Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, Secretaria Municipal de Educação, Fundo de Saúde, Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Serviços, Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Assistência Social e o Diretor Presidente do IPS encaminharão até o dia 20 de novembro de 2017, à Controladoria Geral do Município, o ato de nomeação das comissões para a elaboração dos inventários de almoxarifados e patrimoniais observando a segregação de funções e o conhecimento técnico específico.

§ 1º As comissões de inventário serão responsáveis pela elaboração dos seguintes inventários:

- I. Inventário Físico Anual, contendo relação nominal dos bens móveis e imóveis em uso, cedidos e recebidos em cessão, informando o saldo inicial, as respectivas incorporações, baixas, possíveis divergências e o saldo final do exercício de 2017;
- II. Inventário Físico Anual, contendo relação nominal dos materiais de consumo e dos bens estocados no almoxarifado, o saldo inicial, as entradas, as saídas, especificando quantidade e valor e o saldo final do exercício de 2017;
- III. Inventário Físico Anual, contendo relação nominal dos bens intangíveis em uso, informando o saldo inicial, as respectivas incorporações, baixas, possíveis divergências e o saldo final do exercício de 2017.



MUNICÍPIO DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

§ 2º Os secretários ordenadores de despesas das Unidades Gestoras: Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, Secretaria Municipal de Educação, Fundo de Saúde, Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Serviços, Secretaria Municipal de Obras e Secretaria Municipal de Assistência Social e o Diretor Presidente do IPS adotarão medidas administrativas para apurar responsabilidades e regularizar as diferenças relatadas pela comissão constituída nos termos do *caput* deste artigo.

§ 3º Os inventários a que se refere o *caput* contemplam, também, os bens em poder de terceiros e os bens de terceiros em poder do órgão ou entidade e servirão de base para elaboração dos resumos de inventários e demonstrativos analíticos exigidos pelo normativo do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, que regulamenta o assunto.

Art. 11 As Unidades Gestoras: Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, Secretaria Municipal de Educação, Fundo de Saúde, Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Serviços, Secretaria Municipal de Obras e Secretaria Municipal de Assistência Social, deverão encaminhar à Controladoria Geral do Município até o dia 10 de janeiro de 2018:

- a) inventário anual dos bens móveis, imóveis, almoxarifado e intangíveis;
- b) o termo circunstanciado elaborado e assinado pela comissão responsável pelo inventário anual indicando o saldo total apurado e o detalhamento (especificação e valor) das divergências encontradas.
- c) resumo do inventário.

Art. 12 O Departamento de Recursos Humanos – Sead deverá encaminhar ao Departamento de Contabilidade, até o dia 10 de janeiro de 2018:

- a) o Resumo anual da folha de pagamento do exercício financeiro, dos servidores vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), contendo os proventos, as vantagens e os descontos especificados por natureza, bem como as obrigações patronais (FOLRPP);
- b) resumo anual da folha de pagamento do exercício financeiro dos servidores vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), contendo os proventos, as vantagens e os descontos especificados por natureza, bem como as obrigações patronais (FOLRGP);
- c) instrumento normativo fixador dos subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito para o exercício a que se refere a prestação de contas;
- d) fichas financeiras evidenciando os pagamentos de subsídios ao Prefeito e ao Vice-Prefeito no exercício a que se refere a prestação de contas.

Art. 13 Para subsidiar a elaboração do relatório e parecer conclusivo (RELUCI) aprovada pela Resolução TC nº 261/2013 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, o Departamento de Contabilidade deverá encaminhar os relatórios, os documentos apresentados no artigo 1º e demonstrativos contábeis de encerramento de exercício inerentes a PCA até a data de 20 de fevereiro de 2018 para Controladoria Geral do Município.

Art. 14 A Controladoria Geral do Município deverá encaminhar ao Departamento de Contabilidade – Sefa, até o dia 20 de março de 2018, o Relatório de Avaliação do Cumprimento do Plano de Ação para a Implantação do Sistema de Controle Interno, o Relatório e Parecer



MUNICÍPIO DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

Conclusivo do Órgão Central do Sistema de Controle Interno e todos os demais documentos relativos às Unidades Gestoras do Município da Serra.

Art. 15 O pronunciamento do Chefe do Executivo e dos ordenadores de despesas tomando conhecimento do Parecer conclusivo do Órgão de Controle do Município deverá encaminhar ao Departamento de Contabilidade até dia 22 de março de 2018.

Art. 16 As Unidades Gestoras: Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, Secretaria Municipal de Educação, Fundo de Saúde, Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Serviços, Secretaria Municipal de Obras e Secretaria Municipal de Assistência Social deverão encaminhar para a Controladoria Geral do Município, até o dia 10 de janeiro de 2018, o rol de responsáveis de cada Unidade Gestora, bem como as eventuais substituições, em observância ao artigo 137, I, do RITCEES, aprovado pela Resolução TC nº 261/2013.

Art. 17 O Departamento de Administração Tributária/Sefa encaminhará ao Departamento de Contabilidade, até o dia 10 de janeiro de 2018, as informações referentes à Dívida Ativa de 2017, de acordo com o artigo 39 da Lei Municipal nº 4.320/1964 e conforme normativo do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - TCEES.

Art. 18 O Instituto de Previdência dos Servidores do Município da Serra e a Câmara Municipal da Serra deverão encaminhar a sua execução orçamentária e financeira do exercício de 2017 à Controladoria Geral Municipal, impreterivelmente, até o dia 20 de fevereiro de 2018, para análise e após a Controladoria Geral do Município deverá encaminhar ao Departamento de Contabilidade, até o dia 10 de março, para a consolidação das contas do Município da Serra.

Art. 19 Os secretários ordenadores de despesas das Unidades Gestoras: Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, Secretaria Municipal de Educação, Fundo de Saúde, Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Serviços, Secretaria Municipal de Obras e Secretaria Municipal de Assistência de Social e o Diretor Presidente do IPS ficam obrigados a prestar as informações de fatos que possam influenciar na interpretação dos resultados do exercício 2017 à Secretaria Municipal da Fazenda e Controladoria Geral do Município, até o dia 31 de janeiro de 2018.

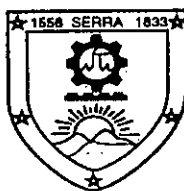
Parágrafo único. O não envio das informações dentro do prazo previsto no *caput* deste artigo implicará a validação dos resultados processados pela Departamento de Contabilidade/Sefa.

Art. 20 Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Municipal em Serra, aos 20 de novembro de 2017.

AUDIFAX CHARLES PIMENTEL BARCELOS
Prefeito Municipal

jmm



MUNICÍPIO DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO

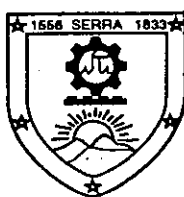
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO

Código	Descrição	Formato	Responsável	Prazo
ROLRES	<p>Rol de responsáveis contendo: (Artigo 137, I, do RITCEES, aprovado pela Resolução TC nº 261/2013)</p> <p>Nome</p> <p>Endereço residencial</p> <p>Endereço eletrônico pessoal (email)</p> <p>Cargo ou função</p> <p>Inscrição no cadastro de Pessoas Físicas da RFB (CPF)</p> <p>Período de gestão</p> <p>Ato de nomeação e exoneração</p>	PDF	UG	20/02/2018
RELGES	<p>Relatório de gestão abordando aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial, organizado de forma que permita uma visão sistêmica do desempenho e da conformidade da gestão do município durante o exercício financeiro a que se refere a prestação de contas, em relação às diretrizes orçamentárias estabelecidas para aquele exercício e à legislação em vigor.</p> <p>O relatório de gestão deverá destacar, dentre outros aspectos:</p> <p>a) O atendimento aos limites constitucionais para realização de despesas em ações e serviços públicos de saúde, na manutenção e no desenvolvimento do ensino, remuneração dos profissionais do magistério, pertinência dos recursos aplicados em saúde e educação, transferências para o Poder Legislativo, dentre outros limites impostos pela Constituição Federal;</p>	PDF	SEPLAE	20/02/2018



MUNICÍPIO DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

Código	Descrição	Formato	Responsável	Prazo
	<p>b) O atendimento aos limites estabelecidos pela LRF para despesas com pessoal, endividamento, operações de crédito, inclusive por antecipação de receitas orçamentárias, concessão de garantias e contragarantias, obrigações contraídas no último ano de mandato, dentre outros limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal;</p> <p>c) As medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal, se excedente ao respectivo limite, quando for o caso;</p> <p>d) O cumprimento das metas estabelecidas na LDO;</p> <p>e) O reflexo da renúncia de receitas no desenvolvimento econômico e social do município, considerando, inclusive, o reflexo nas contas públicas municipais;</p> <p>f) A adoção de medidas de compensação para a renúncia de receitas;</p> <p>g) O cumprimento dos programas previstos na LOA e sua consonância com a LDO e com o PPA, descrevendo de forma analítica as atividades dos órgãos e entidades do Poder Executivo, a execução dos programas incluídos na LOA, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e executadas;</p> <p>h) A inscrição, a baixa e os pagamentos de precatórios, evidenciando a política adotada pelo governo do município para o pagamento da dívida, na forma das disposições contidas no artigo 100 da CRFB/88;</p> <p>i) O montante dos gastos com publicidade dos órgãos e entidades da Administração Pública, inclusive as empresas públicas e sociedades de economia mista municipais;</p> <p>j) As estratégias operacionais adotadas pela Procuradoria Geral do Município no que se refere à</p>			



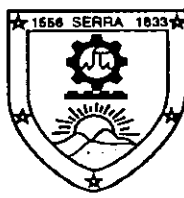
MUNICÍPIO DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

Código	Descrição	Formato	Responsável	Prazo
	recuperação dos créditos tributários municipais; k) O atendimento das recomendações e/ou determinações contidas nos Pareceres Prévios emitidos pelo TCEES; l) O desempenho da arrecadação das receitas municipais, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, bem como as demais ações voltadas para o incremento das receitas de competência do Município; m) A política de recuperação dos créditos inscritos em Dívida Ativa, bem como, os provisionamentos para perdas registradas em contas de ajustes da Dívida Ativa. n) A participação acionária do Município, em 31 de dezembro, nas empresas públicas e sociedades de economia mista, com indicação dos resultados obtidos no exercício sob análise.			
BALORC	Balanço Orçamentário (Anexo 12 Lei 4.320/1964) consolidado, acompanhado de notas explicativas e outros quadros elucidativos que se fizerem necessários (Artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64). Estrutura e layout constantes do Anexo II desta Instrução Normativa.	XML	DC	20/02/2018
BALFIN	Balanço Financeiro (Anexo 13 Lei 4.320/1964) consolidado, acompanhado de notas explicativas e outros quadros elucidativos que se fizerem necessários (Artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64). Estrutura e layout constantes do Anexo II da Instrução Normativa n.º 34/2015 do TCEES	XML	DC	20/02/2018
BALPAT	Balanço Patrimonial (Anexo 14 Lei 4.320/1964) consolidado, acompanhado de notas explicativas e outros quadros elucidativos que se fizerem necessários (Artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64).	XML	DC	20/02/2018
DEMVAP	Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15 Lei 4.320/1964) consolidada, acompanhada de notas explicativas e outros quadros elucidativos que se fizerem necessários (Artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64).	XML	DC	20/02/2018
DEMDIFD	Demonstrativo da Dívida Fundada (Anexo 16 Lei	XML	DC	20/02/2018



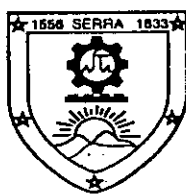
MUNICÍPIO DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

Código	Descrição	Formato	Responsável	Prazo
	4.320/1964) consolidado, acompanhado de notas explicativas e outros quadros elucidativos que se fizerem necessários. (Artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64). Estrutura e layout constantes do Anexo II da Instrução Normativa n.º 34/2015 do TCEES			
DEMDFLT	Demonstrativo da Dívida Flutuante (Anexo 17 Lei 4.320/1964) consolidado, acompanhado de notas explicativas e outros quadros elucidativos que se fizerem necessários. (Artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64). Estrutura e layout constantes do Anexo II da Instrução Normativa n.º 34/2015 do TCEES	XML	DC	20/02/2018
DEMFCA	Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC consolidada (Parte V do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP), acompanhada de notas explicativas e outros quadros elucidativos que se fizerem necessários. (Resolução CFC nº 1.133/2008 - NBC T 16.6 c/c Portaria STN nº 700/2014)	PDF	DC	20/02/2018
DEMPLI	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL consolidada (Parte V do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP), acompanhada de notas explicativas e outros quadros elucidativos que se fizerem necessários. (Resolução CFC nº 1.133/2008 - NBC T 16.6 c/c Portaria STN nº 700/2014)	PDF	DC	20/02/2018
BALVERF	Balancete de verificação, com saldos acumulados no exercício, detalhado até o nível de conta contábil de lançamento, abrangendo todas as contas contábeis com movimentação no exercício, segregadas por natureza da informação patrimonial, orçamentária e de controle, informando o saldo anterior, o total a débito, o total a crédito e o saldo final. Estrutura e layout constantes do Anexo II da Instrução Normativa n.º 34/2015 do TCEES	XML	DC	20/02/2018
BALEXOD	Balancete da execução orçamentária da despesa, consolidado e acumulado até o mês de dezembro, demonstrando a fixação orçamentária da despesa, a movimentação dos créditos adicionais, os valores empenhados, liquidados e pagos, e a fonte de recursos. Estrutura e layout constantes do Anexo II da Instrução Normativa n.º 34/2015 do TCEES	XML	DC	20/02/2018
BALEXOR	Balancete da execução orçamentária da receita, consolidado e acumulado até o mês de dezembro, demonstrando a previsão inicial, a previsão	XML	DC	20/02/2018



MUNICÍPIO DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

Código	Descrição	Formato	Responsável	Prazo
	atualizada, a arrecadação orçamentária e a fonte de recursos. Estrutura e layout constantes do Anexo II da Instrução Normativa n.º 34/2015 do TCEES			
BALEXOC	Balancete da execução orçamentária da despesa dos consórcios públicos, acumulado até o mês de dezembro, demonstrando os valores empenhados, liquidados e pagos, os cancelamentos de restos a pagar por fonte de recursos e a insuficiência de caixa todos por fonte de recursos. Estrutura e layout constantes do Anexo II da Instrução Normativa n.º 34/2015 do TCEES	XML	DC	20/02/2018
BALEXE	Balancetes da execução orçamentária da receita e da despesa, consolidando as unidades orçamentárias do Poder Executivo, acumulado até o mês de dezembro, demonstrando a previsão orçamentária, a movimentação dos créditos adicionais, os valores empenhados, liquidados e pagos, e a fonte de recursos, evidenciados por: relatório detalhado por órgão/elemento de despesa; relatório detalhado por função de despesa; relatório detalhado por função/subfunção de despesa; relatório detalhado por elemento de despesa;	PDF	DC	20/02/2018
DEMSAU	Cálculo do percentual de recursos próprios aplicados em saúde conforme a Lei Complementar 141/2012, gerado pelo Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde – SIOPS, a partir do portal Datasus, referente 6º bimestre do exercício. (parágrafo único, do art.9º, da Res. TC nº 248/2012).	PDF	SESA	20/02/2018
RAPCAN	Relação de restos a pagar cancelados no exercício, vinculados às despesas com Saúde e Ensino, subdivididos em processados e não processados, com indicação da fonte de recursos.	PDF	DC	20/02/2018
EXTBAN	Extratos bancários das contas vinculadas às despesas com Saúde e Ensino, relativos ao mês de encerramento do exercício, com respectivas conciliações bancárias.	PDF	DC	20/02/2018
LIQSAU	Demonstrativo de despesas liquidadas em ações e	PDF e	DC	20/02/2018



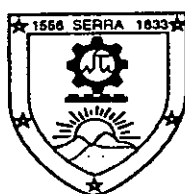
MUNICÍPIO DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

Código	Descrição	Formato	Responsável	Prazo
	serviços públicos de saúde, na forma do Anexo II, Tabela 19, da Instrução Normativa n.º 34/2015 do TCEES	XLS/XLSX/ ODS		
LIQEDU	Demonstrativo de despesas liquidadas no ensino, na forma do Anexo II, Tabela 20, da Instrução Normativa n.º 34/2015 do TCEES	PDF e XLS/XLSX/ ODS	DC	20/02/2018
PCFUND	Parecer do Conselho de Fiscalização sobre a prestação de contas dos recursos do FUNDEB. (artigo 27 da Lei Federal n.º 11.494/2006).	PDF	SEDU	20/02/2018
PCFSAU	Parecer do Conselho de Fiscalização sobre a prestação de contas dos recursos aplicados em Ações e Serviços Públicos de Saúde (arts. 34 a 37 da Lei Complementar Federal n.º 141/2012)	PDF	SESA	20/02/2018
RELPRE	Relação consolidada dos precatórios judiciais	XML	PROGER	10/01/2018
DEMCAD	Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais contendo informações sobre os créditos abertos no exercício, conforme layout constante do Anexo II da Instrução Normativa n.º 34/2015 do TCEES	XML	SEPLAE	20/02/2017
DEMRAPI	Demonstrativo de Restos a Pagar	XML	DC	20/02/2018
TVDISP	Termo de verificação de disponibilidades consolidado, conforme layout constante do Anexo II da Instrução Normativa n.º 34/2015 do TCEES	XML	DC	20/02/2018
DEMRCCL	Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (ANEXO 3 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao sexto bimestre ou segundo semestre do exercício a que se refere a prestação de contas.	(PDF gerado a partir do sistema LRFWeb)	DC	20/02/2018
RRERDP	Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias (ANEXO 4 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao sexto bimestre ou segundo semestre do exercício a que se refere a prestação de contas.	PDF	DC	20/02/2018
RRERNO	Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Demonstrativo do Resultado Nominal (ANEXO 5 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao sexto bimestre ou segundo semestre do exercício a que se refere a prestação de contas.	PDF	DC	20/02/2018



MUNICÍPIO DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

Código	Descrição	Formato	Responsável	Prazo
RRERPR	Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Demonstrativo do Resultado Primário (ANEXO 6 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao sexto bimestre ou segundo semestre do exercício a que se refere a prestação de contas.	PDF	DC	20/02/2018
RRERAP	Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão (ANEXO 7 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao sexto bimestre ou segundo semestre do exercício a que se refere a prestação de contas.	PDF	DC	20/02/2018
RREMDE	Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE (ANEXO 8 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao sexto bimestre do exercício a que se refere a prestação de contas.	(PDF gerado a partir do sistema LRFWeb)	DC	20/02/2018
RREOCR	Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital (ANEXO 9 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao sexto bimestre do exercício a que se refere a prestação de contas.	PDF	DC	20/02/2018
RRERPP	Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência (ANEXO 10 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao sexto bimestre do exercício a que se refere a prestação de contas.	PDF	DC	20/02/2018
RRERAA	Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos (ANEXO 11 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao sexto bimestre do exercício a que se refere a prestação de contas.	PDF	DC	20/02/2018
RRESAU	Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ANEXO 12 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao sexto bimestre do exercício a que se refere a prestação de contas.	(PDF gerado a partir do sistema LRFWeb)	DC	20/02/2018
RREPPP	Relatório Resumido da Execução Orçamentária – Demonstrativo das Parcerias Público-privadas	PDF	DC	20/02/2018



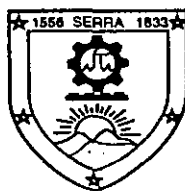
MUNICÍPIO DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

Código	Descrição	Formato	Responsável	Prazo
	(ANEXO 13 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao sexto bimestre do exercício a que se refere a prestação de contas.			
RGFDPE	Relatório de Gestão Fiscal – Demonstrativo da Despesa com Pessoal (ANEXO 1 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao terceiro quadrimestre ou segundo semestre do exercício a que se refere a prestação de contas.	(PDF gerado a partir do sistema LRFWeb)	DC	20/02/2018
RGFDCL	Relatório de Gestão Fiscal – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida (ANEXO 2 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao terceiro quadrimestre ou segundo semestre do exercício a que se refere a prestação de contas.	(PDF gerado a partir do sistema LRFWeb)	DC	20/02/2018
RGFGCV	Relatório de Gestão Fiscal – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores (ANEXO 3 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao terceiro quadrimestre ou segundo semestre do exercício a que se refere a prestação de contas.	(PDF gerado a partir do sistema LRFWeb)	DC	20/02/2018
RGFOCR	Relatório de Gestão Fiscal – Demonstrativo das Operações de Crédito (ANEXO 4 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao terceiro quadrimestre ou segundo semestre do exercício a que se refere a prestação de contas.	(PDF gerado a partir do sistema LRFWeb)	DC	20/02/2018
RGFDCX	Relatório de Gestão Fiscal – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar (ANEXO 5 do Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN), relativo ao terceiro quadrimestre ou segundo semestre do exercício a que se refere a prestação de contas.	(PDF gerado a partir do sistema LRFWeb)	DC	20/02/2018
LEIDES	Cópia da lei de desconcentração administrativa, no caso dos municípios onde a gestão dos recursos públicos no Poder Executivo Municipal tenha sido objeto de outorga aos Secretários e demais gestores.	PDF	DC	20/02/2018
RELSCI	Relatório de avaliação do cumprimento do plano de ação para implantação do Sistema de Controle Interno (Art. 3º, § 3º, da Resolução TC nº 227/2011)	PDF	CGM	20/03/2018
RELOCI	Relatório e parecer conclusivo emitido pelo órgão central do sistema de controle interno, assinado por seu responsável, contendo os elementos previstos no	PDF	CGM	20/03/2018



MUNICÍPIO DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

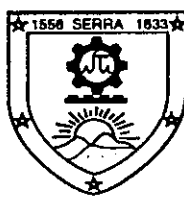
Código	Descrição	Formato	Responsável	Prazo
	Anexo II, Tabela 6, da Instrução Normativa n.º 34/2015 do TCEES (Art. 76, § 3º da LC n.º 621/2012 c/c artigo 122, § 5º do RITCEES, aprovado pela Resolução TC n.º 261/2013 e c/c artigo 4º da Resolução TC n.º 227/2011).			
PROEXE	Pronunciamento expresso do chefe do poder atestando ter tomado conhecimento das conclusões contidas no parecer conclusivo emitido pelo órgão central do sistema de controle interno, a que se refere o parágrafo único, do artigo 4º, da Resolução TC n.º 227/2011.	PDF	CG	20/03/2018
DECAMOR	Declaração do Chefe do Executivo Municipal do ente que instituiu Regime Próprio de Previdência Social, acerca da compatibilidade do plano de custeio e do plano de amortização do déficit atuarial vigente no exercício financeiro, adotado por meio de lei pelo ente, com aqueles sugeridos no último Relatório de Avaliação Atuarial, com justificativas fundamentadas em documentos/estudos técnicos no caso da não adoção das medidas sugeridas naquele relatório, na forma do Anexo II, Tabela 35, da Instrução Normativa n.º 34/2015 do TCEES	PDF	CG	20/02/2018
DECINAT	Declaração do Chefe do Executivo informando se há pagamento de aposentadorias e pensões sendo realizados de forma direta pela entidade, e, caso ocorra, que informe o suporte legal para tal procedimento, além de planilha adicional informando o nome do beneficiário, o tipo de benefício, sua base legal de concessão, cargo que ocupava na atividade, a data e o número do ato concessão do benefício, o valor original e atualizado do benefício recebido, na forma do Anexo II, Tabela 32, da Instrução Normativa n.º 34/2015 do TCEES	PDF	CG	20/02/2018
DOCSPCA	Referência aos documentos não estruturados, constantes neste Anexo, bem como a justificativa de ausência para os arquivos não enviados. Estrutura e layout constantes do Anexo II da Instrução Normativa n.º 34/2015 do TCEES	XML	DC	20/02/2018



MUNICÍPIO DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS ORDENADORES DE
DESPESAS

Código	Descrição	Formato	Responsável	Prazo
ROLRES	Rol de responsáveis contendo: (Artigo 137, I, do RITCEES, aprovado pela Resolução TC nº 261/2013) Nome Endereço residencial Endereço eletrônico pessoal (email) Cargo ou função Inscrição no cadastro de Pessoas Físicas da RFB (CPF) Período de gestão Ato de nomeação e exoneração	PDF	UG	10/01/2018
RELGES	Relatório de gestão abordando aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial, organizado de forma que permita uma visão de conformidade e desempenho dos atos de gestão praticados pelos ordenadores de despesa, evidenciando os resultados dos programas desenvolvidos no âmbito de cada órgão. (Artigo 137, II, do RITCEES, aprovado pela Resolução TC nº 261/2013)	PDF	UG	10/01/2018
RELUCI	Relatório e parecer conclusivo emitido pelo controle interno contendo os elementos indicados no Anexo II, Tabela 7, da Instrução Normativa n.º 34/2015 do TCEES. (Artigo 135, § 4º c/c artigo 137, IV do RITCEES, aprovado pela Resolução TC nº 261/2013)	PDF	CGM	20/03/2018
PROEXE	Pronunciamento expresso do chefe do órgão atestando ter tomado conhecimento das conclusões contidas no parecer conclusivo emitido pelo controle interno.	PDF	CG	22/03/2018
DEMREN	Demonstrativos que expressem as situações dos projetos e instituições beneficiadas por renúncia de receitas, bem como do impacto socioeconômico de suas atividades. (Artigo 136 do RITCEES, aprovado pela Resolução TC nº 26/2013)	PDF	DC	20/02/2018
BALORC	Balanço Orçamentário (Anexo 12 Lei 4.320/1964), acompanhado de notas explicativas e outros quadros elucidativos que se fizerem necessários (Artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64). Estrutura e layout constantes do Anexo II da Instrução Normativa n.º 34/2015 do	XML	DC	20/02/2018



MUNICÍPIO DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

Código	Descrição	Formato	Responsável	Prazo
	TCEES			
BALFIN	Balanço Financeiro (Anexo 13 Lei 4.320/1964), acompanhado de notas explicativas e outros quadros elucidativos que se fizerem necessários (Artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64). Estrutura e layout constantes do Anexo II da Instrução Normativa n.º 34/2015 do TCEES	XML	DC	20/02/2018
BALPAT	Balanço Patrimonial (Anexo 14 Lei 4.320/1964), acompanhado de notas explicativas e outros quadros elucidativos que se fizerem necessários (Artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64). Estrutura e layout constantes do Anexo II da Instrução Normativa n.º 34/2015 do TCEES	XML	DC	20/02/2018
DEMVAP	Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15 Lei 4.320/1964), acompanhada de notas explicativas e outros quadros elucidativos que se fizerem necessários (Artigo 101 da Lei nº 4.320/64). Estrutura e layout constantes do Anexo II da Instrução Normativa n.º 34/2015 do TCEES	XML	DC	20/02/2018
DEMDIFD	Demonstrativo da Dívida Fundada (Anexo 16 Lei 4.320/1964), acompanhado de notas explicativas e outros quadros elucidativos que se fizerem necessários. (Artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64). Estrutura e layout constantes do Anexo II desta Instrução Normativa.	XML	DC	20/02/2018
DEMDFLT	Demonstrativo da Dívida Flutuante (Anexo 17 Lei 4.320/1964), acompanhado de notas explicativas e outros quadros elucidativos que se fizerem necessários. (Artigo 101 da Lei Federal nº 4.320/64). Estrutura e layout constantes do Anexo II desta Instrução Normativa.	XML	DC	20/02/2018
DEMFCA	Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Parte V do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP), acompanhada de notas explicativas e outros quadros elucidativos que se fizerem necessários. (Resolução CFC nº 1.133/2008 - NBC T 16.6 c/c Portaria STN nº 700/2014)	PDF	DC	20/02/2018
BALVERF	Balancete de verificação, com saldos acumulados no exercício, detalhado até o nível de conta contábil de lançamento, abrangendo todas as contas contábeis com movimentação no exercício, segregadas por natureza da informação patrimonial, orçamentária e de controle, informando o saldo anterior, o total a débito, o total a crédito e o saldo final. Estrutura e layout constantes do Anexo II da Instrução Normativa n.º 34/2015 do TCEES	XML	DC	20/02/2018



MUNICÍPIO DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

Código	Descrição	Formato	Responsável	Prazo
BALEXOD	Balancete da execução orçamentária da despesa, acumulado até o mês de dezembro, demonstrando a fixação orçamentária da despesa, a movimentação dos créditos adicionais, os valores empenhados, liquidados e pagos, e a fonte de recursos. Estrutura e layout constantes do Anexo II da Instrução Normativa n.º 34/2015 do TCEES	XML	DC	20/02/2018
BALEXOR	Balancete da execução orçamentária da receita, acumulado até o mês de dezembro, demonstrando a previsão inicial, a previsão atualizada, a arrecadação orçamentária e a fonte de recursos. Estrutura e layout constantes do Anexo II da Instrução Normativa n.º 34/2015 do TCEES	XML	DC	20/02/2018
INVMOV	Inventário anual dos bens móveis, conforme layout constante do Anexo II da instrução normativa	XML	UG	10/01/2018
TERMOV	Termo circunstanciado elaborado e assinado pela comissão responsável pelo Inventário Anual de Bens Móveis (INVMOV), indicando o saldo total apurado e o detalhamento (especificação e valor) das divergências encontradas.	PDF	UG	10/01/2018
RESMOV	Resumo do inventário de bens móveis, na forma do Anexo II, Tabela 10, da Instrução Normativa n.º 34/2015 do TCEES	PDF e XLS/XLSX/ ODS	UG	10/01/2018
DEMBMV	Demonstrativo analítico das entradas e saídas de bens móveis, na forma do Anexo II, Tabela 11, da Instrução Normativa n.º 34/2015 do TCEES	PDF e XLS/XLSX/ ODS	UG	10/01/2018
INVIMO	Inventário anual dos bens imóveis, conforme layout constante do Anexo II da Instrução Normativa n.º 34/2015 do TCEES	XML	UG	10/01/2018
TERIMO	Termo circunstanciado elaborado e assinado pela comissão responsável pelo Inventário anual dos bens imóveis (INVIMO), indicando o saldo total apurado e o detalhamento (especificação e valor) das divergências encontradas.	PDF	UG	10/01/2018
RESIMO	Resumo do inventário de bens imóveis, na forma do Anexo II, Tabela 12, da Instrução Normativa n.º 34/2015 do TCEES	PDF e XLS/XLSX/ ODS	UG	10/01/2018
DEMBIM	Demonstrativo analítico das entradas e saídas de bens imóveis, na forma do Anexo II, Tabela 13, da Instrução Normativa n.º 34/2015 do TCEES	PDF e XLS/XLSX/ ODS	UG	10/01/2018
INVALM	Inventário anual dos bens em almoxarifado, conforme layout constante do Anexo II da Instrução Normativa n.º 34/2015 do TCEES	XML	UG	10/01/2018
TERALM	Termo circunstanciado elaborado e assinado pela comissão responsável pelo Inventário anual dos bens em almoxarifado (INVALM), indicando o saldo total apurado e o detalhamento (especificação e valor) das divergências encontradas.	PDF	UG	10/01/2018
RESAMC	Resumo do inventário do almoxarifado – material de consumo, na forma do Anexo II, Tabela 14, da Instrução Normativa n.º 34/2015 do TCEES	PDF e XLS/XLSX/ ODS	UG	10/01/2018